

**AgInt nos EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.224.159 - SP
(2010/0219589-2)**

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **CALIL BASSIT NETO**
ADVOGADOS : **SÉRGIO DE GODOY BUENO E OUTRO(S) - SP018580**
FRANCISCO DE GODOY BUENO - SP257895
AGRAVADO : **RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA**
ADVOGADOS : **FLÁVIO LUIZ YARSHELL E OUTRO(S) - SP088098**
GUSTAVO PACÍFICO - SP184101
AGRAVADO : **CEISON YAMADA**
ADVOGADO : **JOSÉ XAVIER MARQUES - SP053722**
AGRAVADO : **HERCILIO SERAFIM**
ADVOGADO : **FRANCISCO DJALMA MAIA JÚNIOR - SP197377**

DECISÃO

Trata-se de **agravo interno** (fls. 7.297-7.310) interposto por CALIL BASSIT NETO contra decisão, de relatoria do em. **Ministro Lázaro Guimarães**, que acolheu seus embargos de declaração, para fixar honorários advocatícios sucumbenciais a serem pagos por RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA, ora agravada, em decisão da qual se decalca o seguinte excerto (fls. 7.284-7.285):

"A decisão ora embargada deu provimento ao recurso especial de CALIL BASSIT NETO para extinguir a 'ação de prestação de contas' que lhe movia RADIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA, reformando-se o v. acórdão estadual que, confirmando sentença, havia julgado procedente a referida ação. No entanto, não fixou honorários advocatícios sucumbenciais.

Nesse jaez, quando à fixação dessa condenação, deve-se definir, em primeiro plano, qual norma a ser aplicada, se o Código de Processo Civil de 1973 ou o Código de Processo Civil de 2015.

(...)

Assim sendo, tendo a sentença sido prolatada na vigência do CPC/73, o referido Codex, deverá nortear a fixação da verba honorária sucumbencial. Considerando, ainda, que com o provimento do apelo nobre, não houve condenação, deverá ser aplicada a regra do art. 20, §4º, do CPC/73, a qual determina ao julgador uma apreciação equitativa com aplicação dos critérios do § 3º do mesmo código

Nesse panorama, sopesados os critérios do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, levando-se em conta que o valor envolvido na causa de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), já impõe aos advogados elevado zelo e responsabilidade, deve-se fixar os honorários sucumbenciais, a serem suportados pela embargada

RADIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA neste feito, em 0,5% (meio por cento) sobre o valor da causa.

Registre-se, ainda, que os outros dois promovidos - CEISON YAMADA e HERCÍLIO SERAFIM - na referida ação de prestação de contas julgada extinta também opuseram embargos de declaração alegando omissão quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais, vício que, ao ser examinado, levou em consideração a sucumbência aqui fixada."

Nas razões do agravo interno, CALIL BASSIT NETO afirma que ao presente feito deve ser aplicado o CPC/2015, pois a "(...) r. decisão que julgou a ação em caráter definitivo, reformando totalmente a decisão anterior, foi proferida no dia 1º de fevereiro de 2018, já sob a égide do novo CPC" (fls. 7.298), pugnando pela aplicação do art. 85, § 2º, do novo *Codex*, para condenar a ora agravada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em 10% sobre o valor da causa.

Ao final, pleiteia reconsideração da decisão agravada para majorar os honorários advocatícios sucumbenciais, ou que o presente recurso seja levado a julgamento perante a eg. Quarta Turma.

A ora agravada RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA apresentou impugnação, pelo desprovimento do agravo interno.

É o relatório. Passo a decidir.

Como relatado, a pretensão trazida no presente agravo interno é majorar os honorários advocatícios sucumbenciais que foram fixados na decisão (fls. 7.284-7.286) - que acolheu seus embargos de declaração -, a qual integrou anterior *decisum* (fls. 7.193-7.201) que extinguiu a ação ordinária proposta por RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA, ora Agravada, em desfavor do ora Agravante e Outros.

No entanto, tem-se que RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA também interpôs agravo interno (fls. 7.237-7.251 e fls. 7.357-7.362), o qual foi parcialmente provido para reconsiderar a decisão que extinguiu a referida ação ordinária, tornando-a sem efeito, ressaltando que os recursos especiais encartados nestes autos serão pautados oportunamente para julgamento colegiado perante a eg. Quarta Turma.

Nesse cenário, considerando que este agravo interno visa majorar verba honorária fixada em decisão reconsiderada, fica evidenciada a perda de seu objeto. Nesse senda, deve o ora agravante aguardar o novo julgamento do presente feito, para, após o

resultado, se entender necessário, discutir eventuais ônus sucumbenciais.

Ante o exposto, com arrimo no art. 34, XI, do RI-STJ, **julgo prejudicado este agravo interno**, reconhecendo a perda de seu objeto.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

